



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR



PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER

Interessado: **Pregoeiro Municipal**

Assunto: **Recurso Administrativo**

1. Relatório

O certame licitatório nº 112/2022, Pregão Eletrônico 079/2022, foi levado a efeito no dia 07 de julho de 2022, sendo que participaram do certame as empresas COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP e M. E. GRAEBIN - ME, sendo que a empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP, que apresentou a proposta com menor preço, foi declarada vencedora.

Na cessão licitatória a empresa M. E. GRAEBIN, manifestou sua intenção de recorrer do resultado do certame, apresentando posteriormente suas razões recursais, alegando que a empresa vencedora deixou



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR



de cumprir o estabelecido no item 1.1 alínea "a" do edital de licitação, uma vez que juntou apenas cópia da última alteração de seu contrato social, em versão não consolidada, devendo, portanto, ser inabilitada.

Instada a se manifestar sobre as razões recursais, a empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA apresentou suas contrarrazões ao recurso, arguindo que o mesmo é intempestivo e que no mérito não merece prosperar, haja vista que apresentou a última alteração do contrato social e o edital não solicitava a apresentação de todas as alterações.

Relatado, passa-se ao exame do mérito.

2. Mérito

Em que pese o argumento da empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA, de que a apresentação das razões de recurso é intempestiva, evidenciamos que não lhe assiste razão, uma vez que o certame foi levado a efeito no dia 07 de julho do corrente ano, ficando assinalado na ata de licitação que a Recorrente teria **3 dias úteis** para apresentar suas razões, desta forma a discussão se o prazo deve ser contado em dias úteis ou corridos fica fastada, uma vez que o Sr. Pregoeiro fez constar expressamente na ata que seriam dias úteis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR



Desta forma evidencia-se a tempestividade do recurso apresentado, devendo o mesmo ser conhecido.

Embora o edital seja lei interna da licitação, não se pode utilizar no processo de licitação de um excesso de formalismo.

O afastamento do excesso de formalismo nos processos licitatórios é pacífico na nossa jurisprudência:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes.

3. Segurança concedida.

(MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ, DJ 07/10/2002) (grifo nosso)

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO AFASTADA. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA. AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ANVISA. EDITAL. NÃO-EXIGÊNCIA.

(...)

2. O acórdão recorrido concluiu que tanto o objeto - contratação de serviços de oxigenoterapia domiciliar-, quanto o edital do certame dispensavam Licença de Funcionamento expedida pela Anvisa, porquanto a



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR



licitação não objetivava a "comercialização de equipamentos" que exigiria a autorização do órgão de vigilância, nos termos da lei.

3. Não se deve exigir excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados.

4. Recurso especial não provido.

(REsp nº 1.190.793/SC, rel. Ministro CASTRO MEIRA, 2ª. Turma, DJe 08/09/2010) (sem grifos no original)

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – FORMALIDADES: CONSEQÜÊNCIAS

1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato.

2. Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame, porque rubricadas devidamente.

3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança.

4. Recurso provido.

(RMS nº 15.530/RS, rel. Ministra ELIANA CALMON, 2ª. Turma, DJ 01/12/2003) (grifo nosso)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. EXCESSO DE FORMALISMO. ILEGALIDADE.

1. Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei n. 8.666/93, art. 41), e, especialmente, ao princípio da legalidade estrita, não deve, contudo (em homenagem ao princípio da razoabilidade), prestigiar de forma tão exacerbada o rigor formal, a ponto de prejudicar o interesse público que, no caso, afere-se pela proposta mais vantajosa.

2. A apresentação, pela licitante, de Alvará de Habilitação, fornecido pelo CRA - Conselho Regional de Administração, supre a exigência de certidão de inscrição nesse órgão.

3. Sentença concessiva da segurança, confirmada.

4. Apelação e remessa desprovidas.

(REO 2000.36.00.003448-1/MT, Rel. Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, Sexta Turma, DJ p.211, de 19/04/2002.)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR



ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. EXCESSO DE FORMALISMO. ILEGALIDADE.

1. Tendo a impetrante apresentado à Comissão de Licitação os documentos essenciais que comprovaram o quanto requerido na Lei, e no próprio edital, demonstrando a sua capacidade técnica, bem assim a sua inscrição perante o órgão competente, andou mal a Comissão ao inabilitá-la ao fundamento de que a certidão foi expedida pelo representante do órgão e não em nome do próprio órgão.

2. A jurisprudência tem desprezado rigorismos formais exacerbados no julgamento de processos licitatórios.

3. Remessa oficial não provida.

(REO 1998.01.00.091241-8/AC, Rel. Juiz Carlos Alberto Simões de Tomaz (conv), Terceira Turma Suplementar, DJ p.82 de 21/11/2002.)

Em que pese o fato de que a empresa vencedora do certame apresentou apenas sua última alteração do contrato social, a sua inabilitação por esse fato seria um excesso de formalismo e que iria de encontro com o interesse público, qual seja, de escolher a proposta mais vantajosa, no presente caso a de menor preço.

Ainda se destaque que a empresa COMRECIAL SANTA ANA LTDA já é fornecedora desta municipalidade, e a falta da apresentação da totalidade de suas alterações do contrato social, ou da apresentação da cópia consolidada, não traz nenhum risco a administração pública, pelo contrário, a eliminação de tal empresa traria prejuízo aos cofres municipais, uma vez que não estaria contratando com a empresa, que já é sua fornecedora, que apresentou a menor proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR



Desta forma o recurso apresentado deve ser improvido, mantendo-se o resultado da licitação.

3. Conclusão

Ante o exposto, impõe-se o conhecimento do recurso, porque tempestivo, e no mérito o mesmo deve ser improvido, mantendo-se o resultado do certame.

Ivaí, 15 de julho de 2022.

Wilson A. Eidam

PROCURADOR MUNICIPAL – OAB/PR 26400